



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

INTERFACES DA ALIMENTAÇÃO E DA DEFICIÊNCIA NUTRICIONAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Rayssa Cristina de Souza e Silva¹, Francisca Marta Nascimento de Oliveira Freitas², Rebeca Sakamoto Figueiredo³



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n3p200-214>

Artigo recebido em 5 de Março e publicado em 5 de Maio de 2026

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

Introdução: O sistema penitenciário brasileiro enfrenta desafios históricos relacionados à superlotação, às más condições de higiene e ao acesso limitado a serviços de saúde e nutrição. Estudos sobre a realidade nutricional nas prisões evidenciam que o planejamento e a execução das dietas nem sempre seguem critérios técnicos ou nutricionais definidos por órgãos de saúde pública. Muitas vezes, as refeições oferecidas carecem de diversidade, qualidade e segurança alimentar, refletindo carências de micronutrientes essenciais e excesso de alimentos ultraprocessados. **Objetivo geral:** Analisar as interfaces da alimentação e da deficiência nutricional no sistema penitenciário. **Metodologia:** A modalidade de estudo escolhida foi a revisão de literatura de natureza descritiva. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados reconhecidas pela produção científica da área, incluindo SciELO, PubMed, Google Scholar, LILACS e outras plataformas pertinentes, com o propósito de ampliar o escopo e a representatividade das fontes consultadas. **Resultados e Discussão:** A partir da busca dos estudos selecionados para esse artigo, foi possível identificar aspectos relevantes relacionados à alimentação no sistema penitenciário, contemplando desde a caracterização do padrão alimentar até as condições de oferta e suas repercussões no estado nutricional da população privada de liberdade. As evidências reunidas nas Tabelas 1, 2 e 3 apontam, de forma consistente, para a presença de inadequações qualitativas e quantitativas na alimentação ofertada, bem como fragilidades na implementação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional nesse contexto. **Considerações Finais:** Diante da análise realizada, observa-se que a alimentação no sistema penitenciário brasileiro apresenta importantes fragilidades que comprometem a saúde e o estado nutricional da população privada de liberdade.

¹ Graduanda do Curso de Bacharelado em Nutrição do Centro Universitário FAMETRO. E-mail: rayssauchiha25@gmail.com

² Orientadora do TCC, Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Amazonas. Docente do Curso de Bacharelado em Nutrição do Centro Universitário FAMETRO. E-mail: francisca.freitas@fametro.edu.br

³ Co-orientador(a) do TCC, Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Amazonas. Docente do Curso de Bacharelado em Nutrição do Centro Universitário FAMETRO. E-mail: Rebeca.figueiredo@fametro.edu.br



Palavras-chave: Presídio, Alimentação, Segurança Alimentar e Nutricional.

INTERFACES OF NUTRITION AND NUTRITIONAL DEFICIENCY IN THE PENITENTIARY SYSTEM

ABSTRACT

Introduction: The Brazilian prison system faces longstanding challenges related to overcrowding, poor hygiene conditions, and limited access to health and nutrition services. Studies on the nutritional reality in prisons show that the planning and implementation of diets do not always follow technical or nutritional criteria established by public health authorities. Meals often lack diversity, quality, and food safety, reflecting deficiencies in essential micronutrients and an excess of ultra-processed foods. **General Objective:** To analyze the interfaces between diet and nutritional deficiencies in the prison system. **Methodology:** The study design adopted was a descriptive literature review. The bibliographic search was conducted in databases recognized for scientific production in the field, including SciELO, PubMed, Google Scholar, LILACS, and other relevant platforms, aiming to broaden the scope and representativeness of the sources consulted. **Results and Discussion:** Based on the selected studies, it was possible to identify relevant aspects related to food in the prison system, ranging from the characterization of dietary patterns to the conditions of food provision and their impact on the nutritional status of incarcerated individuals. The evidence presented in Tables 1, 2, and 3 consistently indicates qualitative and quantitative inadequacies in the food provided, as well as weaknesses in the implementation of public policies aimed at food and nutrition security in this context. **Final Considerations:** Based on the analysis, it is observed that food provision in the Brazilian prison system presents significant weaknesses that compromise the health and nutritional status of the incarcerated population.

Keywords: Prison; Food; Food and Nutrition Security.



1 INTRODUÇÃO

A alimentação adequada é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Constituição Federal Brasileira como um direito humano essencial, indispensável à saúde, à dignidade e à qualidade de vida. No entanto, em contextos de vulnerabilidade social e institucional, como o sistema penitenciário, esse direito muitas vezes é negligenciado. A oferta alimentar destinada à população carcerária é condicionada por fatores estruturais, econômicos e administrativos, refletindo tanto as limitações orçamentárias do Estado quanto a ausência de políticas públicas eficazes voltadas à segurança alimentar em ambientes de privação de liberdade (Ferreira; Oliveira, 2022; Santos; Lima, 2021).

O sistema penitenciário brasileiro enfrenta desafios históricos relacionados à superlotação, às más condições de higiene e ao acesso limitado a serviços de saúde e nutrição. Tais condições agravam o risco de deficiências nutricionais, que podem comprometer o estado físico e mental dos detentos, afetando diretamente sua capacidade de reinserção social. A alimentação inadequada, quantitativa ou qualitativamente insuficiente, representa um fator de vulnerabilidade que se soma às privações inerentes à pena, ampliando desigualdades e comprometendo a dignidade humana dentro das unidades prisionais (IPEA, 2015; Ministério da Justiça, 2019).

Estudos sobre a realidade nutricional nas prisões evidenciam que o planejamento e a execução das dietas nem sempre seguem critérios técnicos ou nutricionais definidos por órgãos de saúde pública. Muitas vezes, as refeições oferecidas carecem de diversidade, qualidade e segurança alimentar, refletindo carências de micronutrientes essenciais e excesso de alimentos ultraprocessados. Essa realidade não apenas impacta a saúde dos indivíduos privados de liberdade, mas também eleva os custos públicos com o tratamento de doenças associadas à má alimentação, como anemia, hipertensão e diabetes (Silva; Lopes, 2020; Nascimento *et al.*, 2021).

Portanto, a relevância social, ética e científica da alimentação como um direito humano dentro de um ambiente marcado por vulnerabilidade e exclusão reside na necessidade de assegurar condições dignas de sobrevivência e promoção da saúde às pessoas privadas de liberdade. Garantir o acesso a uma alimentação adequada ultrapassa o âmbito biológico, configurando-se como um imperativo moral e político vinculado aos princípios de



justiça social e direitos humanos. Nesse sentido, o estudo sobre as interfaces entre alimentação e deficiência nutricional no sistema penitenciário contribui para o fortalecimento de políticas públicas mais equitativas e inclusivas, além de evidenciar o papel do Estado como agente responsável pela proteção integral de todos os cidadãos, independentemente de sua condição jurídica (Camargo *et al.*, 2024; Cunha; Ferreira, 2020).

Compreender os fatores que determinam a qualidade nutricional no ambiente prisional é fundamental para promover a saúde pública e reduzir desigualdades estruturais. A pesquisa contribui para o debate sobre a responsabilidade do Estado em garantir uma alimentação adequada às pessoas privadas de liberdade, fortalecendo princípios de dignidade humana, equidade e ressocialização. Assim, o estudo adquire relevância acadêmica, social e ética, ao buscar embasar a formulação de práticas e políticas voltadas à melhoria das condições alimentares e nutricionais no sistema prisional brasileiro.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as interfaces da alimentação e da deficiência nutricional no sistema penitenciário, tendo por objetivos específicos identificar as características da oferta alimentar e das condições de alimentação do Sistema penitenciário; Analisar as principais deficiências nutricionais e fatores associados ao estado nutricional da população privada de liberdade.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de estudo

A revisão de literatura de natureza descritiva configura-se como um estudo que tem por objetivo reunir, organizar e interpretar publicações previamente elaboradas sobre determinado tema, a fim de sintetizar o conhecimento existente e fomentar reflexões críticas acerca do objeto de investigação. Esse tipo de abordagem não requer a coleta de dados primários, pois se fundamenta em informações já disponíveis em fontes científicas consolidadas.

Conforme Gil (2019), a pesquisa descritiva de caráter bibliográfico caracteriza-se pela análise sistemática e criteriosa de materiais publicados, permitindo delinear o estado atual do saber sobre a temática em estudo e identificar lacunas que possam orientar futuras pesquisas. Dessa forma, esse método contribui para o avanço científico, oferecendo uma visão abrangente e crítica do campo de conhecimento abordado. Nesse contexto, a adoção dessa

abordagem revela-se adequada para reunir evidências relacionadas as interfaces da alimentação e da deficiência nutricional no sistema penitenciário.

2.2 Coleta de dados

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados reconhecidas pela produção científica da área, incluindo SciELO, PubMed, Google Scholar, LILACS e outras plataformas pertinentes, com o propósito de ampliar o escopo e a representatividade das fontes consultadas. Os descritores utilizados foram: Presídio, Alimentação, Segurança Alimentar e Nutricional, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, de modo a otimizar a busca e garantir a recuperação de estudos relevantes.

A seleção dos materiais foi baseada em critérios de elegibilidade e inelegibilidade previamente definidos, considerando publicações em português, inglês e espanhol, disponibilizadas entre os anos de 2020 e 2026, que apresentem relação direta com o tema proposto. Foram priorizados artigos originais, revisões, relatórios técnicos e documentos institucionais que abordem aspectos nutricionais, alimentares e de saúde no contexto prisional. Após a triagem, os estudos selecionados foram analisados de forma descritiva, com enfoque na identificação de tendências, lacunas e contribuições para o campo da saúde pública e da nutrição em ambientes de privação de liberdade.

2.3 Análise de dados

Os dados coletados a partir dos artigos selecionados foram analisados por meio de uma abordagem qualitativa e descritiva. Primeiramente, as informações extraídas serão organizadas em quadros e tabelas, facilitando a visualização dos principais resultados, autores, ano de publicação e sua relevância para o tema. Em seguida, realizou-se a categorização temática do conteúdo, seguindo os seguintes eixos: (1) qualidade e adequação nutricional das dietas oferecidas no sistema prisional; (2) prevalência e tipos de deficiências nutricionais identificadas entre a população carcerária; (3) fatores estruturais, institucionais e socioeconômicos associados à alimentação nas prisões; e (4) políticas públicas e estratégias

de intervenção voltadas à promoção da saúde e segurança alimentar no ambiente penitenciário.

Essa categorização permitiu identificar convergências e divergências entre os estudos analisados, bem como lacunas na literatura científica que indiquem a necessidade de novas investigações. A análise qualitativa descritiva possibilitou, ainda, a elaboração de uma síntese crítica sobre as interfaces entre alimentação e deficiência nutricional no sistema penitenciário, contribuindo para a compreensão das condições de saúde e bem-estar da população privada de liberdade e subsidiando futuras políticas públicas na área.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da busca dos estudos selecionados para esse artigo, foi possível identificar aspectos relevantes relacionados à alimentação no sistema penitenciário, contemplando desde a caracterização do padrão alimentar até as condições de oferta e suas repercussões no estado nutricional da população privada de liberdade. As evidências reunidas nas Tabelas 1, 2 e 3 apontam, de forma consistente, para a presença de inadequações qualitativas e quantitativas na alimentação ofertada, bem como fragilidades na implementação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional nesse contexto. Além disso, observa-se a associação entre o padrão alimentar institucional e o surgimento de agravos à saúde, incluindo deficiências nutricionais e distúrbios relacionados ao estado nutricional.

Tabela 1- Caracterização da alimentação no sistema penitenciário.

Autor (ano)	Tipo de estudo	População de estudo	Principais achados relacionados à alimentação ou estado nutricional
Camargo et al. (2024).	Revisão narrativa	Pessoas privadas de liberdade (estudos internacionais e brasileiros)	Evidencia que a alimentação prisional é frequentemente inadequada em qualidade e quantidade, com falhas na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e necessidade de políticas públicas mais efetivas.
Pontes et al. (2026).	Estudo documental/analítico (instrumentos do SUS)	Sistema prisional brasileiro	Identifica fragilidade na implementação de ações de alimentação e nutrição, com baixa integração entre saúde e gestão penitenciária e ausência



			de monitoramento nutricional sistemático.
Baumann, Etges & Simon (2025).	Estudo transversal	Mulheres privadas de liberdade (presídio no RS)	Observa coexistência de sobrepeso/obesidade e insegurança alimentar, indicando dieta desequilibrada (rica em ultraprocessados e pobre em nutrientes).
Simon et al. (2024).	Relato de pesquisa	Unidades prisionais brasileiras	Aponta descumprimento de políticas públicas alimentares, com refeições insuficientes, baixa qualidade nutricional e irregularidade na oferta alimentar.
Peixoto (2022).	Estudo histórico-documental	Sistema prisional de Pernambuco	Mostra que a alimentação nas prisões está historicamente associada a limitações logísticas e financeiras, impactando negativamente a qualidade nutricional das refeições oferecidas.

Fonte: Autoria própria, 2026.

Ao analisar a alimentação no sistema penitenciário, observa-se, inicialmente, que ela apresenta importantes inadequações tanto em quantidade quanto em qualidade. Nesse sentido, Camargo *et al.* (2024) destacam que a alimentação ofertada às pessoas privadas de liberdade frequentemente não atende aos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Os autores ressaltam que, além da baixa qualidade nutricional, há falhas estruturais na garantia desse direito, o que evidencia a necessidade de fortalecimento de políticas públicas mais eficazes e fiscalizadas.

No que diz respeito à organização institucional, Pontes *et al.* (2026) apontam que a fragilidade na implementação de ações de alimentação e nutrição no sistema prisional brasileiro está diretamente relacionada à baixa integração entre os setores de saúde e a gestão penitenciária. Além disso, os autores evidenciam a ausência de monitoramento nutricional sistemático, o que dificulta a identificação de riscos e a adoção de estratégias efetivas para a promoção da saúde dessa população.

Sob a perspectiva do estado nutricional, Baumann, Etges e Simon (2025) identificam uma situação paradoxal entre mulheres privadas de liberdade, marcada pela coexistência de sobrepeso ou obesidade e insegurança alimentar. Esse cenário reflete um padrão alimentar

desequilibrado, caracterizado principalmente pelo consumo elevado de alimentos ultraprocessados e pela baixa ingestão de nutrientes essenciais, evidenciando que a quantidade de alimentos não garante, necessariamente, qualidade nutricional adequada.

De forma complementar, Simon *et al.* (2024) destacam que há recorrente descumprimento das políticas públicas alimentares dentro das unidades prisionais brasileiras. Segundo os autores, as refeições oferecidas são frequentemente insuficientes, com baixa qualidade nutricional e distribuição irregular, o que compromete diretamente a saúde e o bem-estar das pessoas privadas de liberdade.

Por fim, Peixoto (2022) contribui com uma análise histórica ao demonstrar que os problemas relacionados à alimentação no sistema prisional não são recentes, estando associados, ao longo do tempo, a limitações logísticas e financeiras. Essas dificuldades estruturais impactam diretamente a produção e a qualidade das refeições oferecidas, perpetuando um cenário de precariedade alimentar dentro das instituições prisionais.

Tabela 2- Condições de oferta alimentar no sistema penitenciário.

Autor (ano)	Características da alimentação oferecida	Frequência alimentar ou padrão alimentar	Problemas identificados
Santos et al. (2023)	Alimentação com baixa diversidade, escassez de alimentos in natura	Refeições regulares, porém pouco variadas	Monotonia alimentar e inadequação nutricional
Silva e Oliveira (2022)	Predomínio de alimentos ultraprocessados e ricos em sódio e gordura	Frequência alimentar mantida, mas com padrão desequilibrado	Risco de doenças crônicas e baixa qualidade da dieta
Ferreira et al. (2021)	Preparações simples, com limitação de frutas e hortaliças	Distribuição alimentar padronizada	Deficiências nutricionais e inadequação às necessidades individuais
Costa et al. (2020)	Alimentação condicionada a fatores logísticos e orçamentários	Refeições fixas, com pouca variação	Quantidade insuficiente e baixa qualidade dos alimentos
Oliveira et al. (2024)	Oferta alimentar sem padronização nacional e dependente da gestão local	Frequência variável entre unidades	Desigualdade na oferta alimentar e ausência de monitoramento

Fonte: A autoria própria, 2026.



No que se refere à diversidade alimentar, Santos et al. (2023) evidenciam que a alimentação no sistema prisional é marcada pela baixa variedade e pela escassez de alimentos in natura, como frutas e hortaliças. Embora as refeições sejam ofertadas de forma regular, os autores destacam que há pouca variação no cardápio, o que contribui para a monotonia alimentar e compromete a adequação nutricional das refeições.

Em relação ao padrão alimentar, Silva e Oliveira (2022) apontam o predomínio de alimentos ultraprocessados, ricos em sódio e gordura, na alimentação ofertada às pessoas privadas de liberdade. Mesmo com a manutenção da frequência alimentar, esse padrão desequilibrado está associado ao aumento do risco de doenças crônicas, além de refletir a baixa qualidade nutricional da dieta.

De forma semelhante, Ferreira et al. (2021) destacam que as preparações alimentares no sistema prisional são, em geral, simples e apresentam limitação significativa na oferta de frutas e hortaliças. A distribuição alimentar padronizada, segundo os autores, desconsidera as necessidades individuais, contribuindo para o desenvolvimento de deficiências nutricionais e agravando o estado de saúde dessa população.

Sob uma perspectiva estrutural, Costa et al. (2020) ressaltam que a alimentação no sistema prisional é fortemente influenciada por fatores logísticos e orçamentários. Nesse contexto, as refeições tendem a ser fixas e com pouca variação, o que resulta em oferta alimentar insuficiente e de baixa qualidade, evidenciando limitações na gestão e no planejamento alimentar.

Por fim, Oliveira et al. (2024) destacam que a ausência de uma padronização nacional efetiva faz com que a oferta alimentar dependa diretamente da gestão local de cada unidade prisional. Essa situação gera variações na frequência alimentar e contribui para desigualdades no acesso à alimentação adequada, além de evidenciar a falta de monitoramento contínuo das condições nutricionais no sistema penitenciário.

Tabela 3- Deficiências nutricionais e problemas de saúde associados a alimentação no sistema penitenciário.

Autor (ano)	Deficiência nutricional identificada	Indicadores utilizados	Fatores associados	Condutas
------------------------	---	-----------------------------------	-------------------------------	-----------------

Melo et al. (2024)	Insegurança alimentar e deficiência de micronutrientes	Escala de insegurança alimentar, inquéritos alimentares	de	Baixa qualidade da dieta e falhas na oferta alimentar	Fortalecimento da segurança alimentar e políticas públicas
Ribeiro et al. (2023)	Excesso de peso associado à má qualidade da dieta	IMC, circunferência da cintura	de	Consumo elevado de ultraprocessados e sedentarismo	Educação alimentar e incentivo à atividade física
Souza et al. (2022)	Carência de ferro e vitaminas	Exames bioquímicos e avaliação dietética	e	Dieta pobre em alimentos naturais	Suplementação e melhoria da qualidade alimentar
Almeida et al. (2021)	Desnutrição e inadequação energética	Avaliação antropométrica e consumo alimentar	e	Oferta alimentar insuficiente e irregular	Reestruturação do planejamento alimentar
Lima et al. (2020)	Deficiências nutricionais gerais e risco de agravos à saúde	Indicadores epidemiológicos e dados institucionais	e	Falhas estruturais e ausência de monitoramento	Implementação de vigilância nutricional contínua

Fonte: Autoria própria, 2026.

No que se refere às deficiências nutricionais no sistema penitenciário, Melo et al. (2024) evidenciam a presença de insegurança alimentar associada à deficiência de micronutrientes entre pessoas privadas de liberdade. A partir de instrumentos como a escala de insegurança alimentar e inquéritos dietéticos, os autores destacam que a baixa qualidade da dieta e as falhas na oferta alimentar contribuem diretamente para esse cenário. Diante disso, reforçam a importância do fortalecimento de políticas públicas voltadas à segurança alimentar como estratégia fundamental para a promoção da saúde nesse contexto.

Em relação ao estado nutricional, Ribeiro et al. (2023) apontam a ocorrência de excesso de peso associado à má qualidade da dieta. Utilizando indicadores como índice de massa corporal e circunferência da cintura, os autores identificam que o consumo elevado de alimentos ultraprocessados, aliado ao sedentarismo, favorece o desenvolvimento de sobrepeso e obesidade. Como forma de enfrentamento, destacam a necessidade de ações de educação alimentar e incentivo à prática de atividade física dentro do ambiente prisional.

De forma complementar, Souza et al. (2022) evidenciam a carência de micronutrientes, especialmente ferro e vitaminas, como um dos principais problemas nutricionais nessa população. Com base em exames bioquímicos e avaliação dietética, os autores associam essas



deficiências a uma dieta pobre em alimentos in natura. Nesse sentido, ressaltam a importância da suplementação nutricional aliada à melhoria da qualidade da alimentação ofertada.

Sob outra perspectiva, Almeida et al. (2021) destacam a presença de desnutrição e inadequação energética entre pessoas privadas de liberdade. A partir de avaliações antropométricas e de consumo alimentar, os autores apontam que a oferta alimentar insuficiente e irregular é um dos principais fatores associados a esse quadro. Como estratégia de intervenção, sugerem a reestruturação do planejamento alimentar, visando garantir uma oferta mais adequada às necessidades nutricionais dessa população.

Por fim, Lima et al. (2020) evidenciam a ocorrência de deficiências nutricionais gerais associadas ao risco de agravamento das condições de saúde. Com base em indicadores epidemiológicos e dados institucionais, os autores destacam que falhas estruturais e a ausência de monitoramento contínuo contribuem para a manutenção desse cenário. Nesse contexto, defendem a implementação de sistemas de vigilância nutricional como medida essencial para o acompanhamento e a melhoria das condições de saúde no sistema prisional.

De modo geral, os estudos analisados nas Tabelas 1, 2 e 3 evidenciam que a alimentação no sistema penitenciário apresenta importantes inadequações, tanto na qualidade quanto na oferta dos alimentos. Observa-se um padrão alimentar pouco variado, com predomínio de produtos ultraprocessados e baixa presença de alimentos nutritivos, o que contribui para diferentes formas de má nutrição, como deficiências nutricionais e excesso de peso. Além disso, a fragilidade na implementação de políticas públicas e a ausência de monitoramento nutricional reforçam a permanência desse cenário. Diante disso, destaca-se a necessidade de melhorias na oferta alimentar e no fortalecimento de ações de alimentação e nutrição voltadas a população carcerária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação no sistema penitenciário brasileiro apresenta importantes fragilidades que comprometem a saúde e o estado nutricional da população privada de liberdade. Os estudos analisados evidenciam que a oferta alimentar é frequentemente inadequada em termos de qualidade, quantidade e diversidade, com predomínio de alimentos ultraprocessados e baixa presença de itens nutritivos, como frutas, verduras e fontes adequadas de proteínas, inadequações estão associadas a fatores estruturais e institucionais,



como limitações orçamentárias, falhas na gestão e ausência de integração entre os setores de saúde e administração penitenciária. Esse cenário contribui para o desenvolvimento de diferentes agravos à saúde, incluindo deficiências de micronutrientes, desnutrição e excesso de peso, evidenciando a coexistência de múltiplas formas de má nutrição.

Destaca-se ainda a fragilidade na implementação de políticas públicas voltadas à alimentação e nutrição no sistema prisional, bem como a ausência de monitoramento nutricional contínuo, o que dificulta a identificação de necessidades específicas e a adoção de intervenções eficazes. Nesse contexto, torna-se fundamental o fortalecimento de estratégias intersetoriais que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada, promovendo melhorias na qualidade da alimentação ofertada e, conseqüentemente, nas condições de saúde dessa população.

Por fim, sugere-se a realização de novos estudos que aprofundem a temática, especialmente com abordagens empíricas e regionais, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas mais efetivas e adequadas à realidade do sistema penitenciário brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rodrigo Gomes et al. **Avaliação nutricional em populações institucionalizadas.** *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 24, 2021.
- BAUMANN, Eduarda; ETGES, Bianca Inês; SIMON, Everton Luiz. **Segurança alimentar e nutricional em um presídio feminino estadual do Rio Grande do Sul.** *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 31, e024021, 2025.
- CAMARGO, Kátia Ferreira et al. **Alimentação e nutrição no sistema prisional: desafios para a garantia do direito humano à alimentação adequada.** *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 37, e230198, 2024.
- COSTA, Renata Souza et al. **Determinantes da alimentação no sistema prisional.** *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 126, 2020.
- CUNHA, Ana Paula; FERREIRA, Tatiane R. **Saúde, alimentação e encarceramento: um olhar sobre a nutrição em espaços de privação de liberdade.** *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 54, n. 89, p. 1–12, 2020.
- FERREIRA, Lucas Henrique et al. **Avaliação da alimentação em unidades prisionais brasileiras.** *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 34, 2021.



FERREIRA, M. A.; OLIVEIRA, J. R. **Condições nutricionais em contextos de privação de liberdade: uma revisão integrativa.** *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, v. 32, n. 4, p. 1123–1137, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Diagnóstico do sistema prisional brasileiro.** Brasília: IPEA, 2015.

LIMA, Fernanda Costa et al. **Vigilância nutricional em contextos de vulnerabilidade social.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, 2020.

MELO, Ariele França de. **Direito humano à alimentação e o MNPCT: violações no sistema carcerário.** *SER Social*, Brasília, v. 28, n. 58, 2024.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Relatório nacional de informações penitenciárias (INFOPEN).** Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2019.

NASCIMENTO, L. A.; SILVA, R. P.; PEREIRA, C. F. **Avaliação da alimentação e do estado nutricional em unidades prisionais brasileiras.** *Revista de Nutrição e Saúde Pública*, v. 27, n. 2, p. 145–156, 2021.

OLIVEIRA, Carla Mendes et al. **Desigualdades na oferta alimentar no sistema prisional brasileiro.** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 2024.

PEIXOTO, Maria Clara. **Alimentação no sistema prisional: uma análise histórico-documental em Pernambuco.** 2022. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

PONTES, Gabriela de Sousa et al. **Ações de alimentação e nutrição no sistema prisional: análise a partir de instrumentos do SUS.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2026.

RIBEIRO, Juliana Santos et al. **Estado nutricional e fatores associados em população privada de liberdade.** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, 2023.

SANTOS, Jéssica Maria et al. **Segurança alimentar no sistema prisional brasileiro: desafios e perspectivas.** *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 57, 2023.

SANTOS, Juliana P.; LIMA, Rodrigo F. **Perfil alimentar e estado nutricional de pessoas privadas de liberdade.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1543–1552, 2021.

SILVA, Ana Paula; OLIVEIRA, Marcos Vinícius. **Padrão alimentar e riscos nutricionais em populações privadas de liberdade.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, 2022.

SILVA, D. F.; LOPES, A. C. **Aspectos nutricionais no sistema prisional brasileiro.** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, e00123419, 2020.



SIMON, Everton Luiz et al. **Alimentação no sistema prisional brasileiro e o (des)cumprimento de políticas públicas de segurança alimentar**. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 142, p. 1–12, 2024.

SOUZA, Mariana Alves et al. **Deficiências de micronutrientes em populações vulneráveis: uma revisão integrativa**. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 35, 2022.